



FREYRE & FOUCAULT: *CASA-GRANDE & SENZALA* COMO MICROFÍSICA DO PODER

Fábio Lopes da Silva*

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

pgl@cce.ufsc.br

RESUMO: “Adaptável”, “sutil”, “móvel”, “plástica”: eis os termos com que o Freyre caracteriza a experiência colonial portuguesa no Brasil. Distorção nostálgica de uma realidade em que a repressão deu sempre o tom? Talvez. Mas não se deve deixar de reconhecer que adaptabilidade, sutileza, mobilidade e plasticidade são precisamente os traços atribuídos por Foucault ao poder — pelo menos, em suas formas mais modernas. Esse é o dado inicial a partir de que pretendo aproximar as obras de Michel Foucault e Gilberto Freyre. Hipótese geral do ensaio: Freyre é, quanto ao dispositivo colonial, uma analista da face polimorfa, capilar e plástica do poder.

ABSTRACT: “Adaptable”, “subtle”, “flexible”: these are the terms invoked by Gilberto Freyre in order to characterize the Portuguese colonial enterprise in Brazil. Nostalgic distortion of a reality marked by violence and repression? Perhaps. But it must be recognized that adaptability, subtlety and flexibility were the hard core of Foucauldian concept of power. This resemblance between the two authors is the point of departure of this essay. My hypothesis: Freyre is an analyst of the capilar, plastic and polymorphous aspects of Portuguese colonial power.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia freyriana – Genealogia do poder – Dispositivo colonial no Brasil

KEYWORDS: Gilberto Freyre’s Sociology – Genealogy of power – Portuguese colonial enterprise in Brazil

Este trabalho tem o propósito de chamar a atenção para algumas compatibilidades entre, por um lado, as genealogias foucauldianas do poder e, por outro, as análises conduzidas por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*. É claro que não se trata de assimilar um procedimento ao outro. Em todo caso, transfiro para um ensaio posterior a tarefa de percorrer o campo de diferenças — certamente abissais — entre Freyre e Foucault. Melhor ainda: supondo que os leitores aceitem as teses fundamentais

* Professor do Departamento de Letras e da Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Publicou o artigo A Pedof(am)ilia moderna: notas foucauldianas sobre um caso de pedofilia. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Jul./Ago./Set. de 2005, Vol. 2, Ano II, n. 3.

deste artigo, o que deixo para depois é o exercício de pensar em que medida, à luz de Foucault, é possível repensar o projeto freyriano. E vice-versa.

O fascínio de Freyre pela formação social do Brasil

Proposta geral de *Casa-Grande & Senzala*: descrever e explicar a constituição no Brasil de uma sociedade tropical moderna “com características nacionais e qualidades de permanência”¹ — sociedade, no caso, “agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração do trabalho, híbrida de índio, mais tarde de negro, na composição”.²

Seja como for, mais do que um objeto de estudo, a formação social do Brasil é, para Freyre, fonte inesgotável de encantamento, a ponto de, adiante, ele chegar a dizer que aqui se estabeleceu “a maior civilização nos trópicos”.³

Pois bem: contra toda uma arraigada tradição que deplora este país de pretos, morubixabas e europeus de meia-tigela, de onde vem o entusiasmo de Freyre pela colonização do Brasil?

Ora, a propósito de justificar esse entusiasmo, a primeira razão dada pelo autor consiste no caráter pioneiro e, em todo caso, excepcional da experiência colonial brasileira: “o certo”, diz Freyre, “é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam”.⁴ Exemplos desses sucessivos malogros não faltariam. Tal seria, para começar, o caso dos puritanos instalados em Old Providence, uma gente “da mesma fibra” que os colonizadores da Nova Inglaterra, mas que “na ilha tropical se deix[ou] espapaçar nuns dissolutos e moleirões”.⁵

E o implacável inventário de fracassos “brancos, puros”, continua:

Não foi outro o resultado da emigração de *loyalists* ingleses da Geórgia e de outros dos novos Estados da União Americana para Bahamas — duros ingleses que o meio tropical em menos de cem anos amolengou em ‘*poor white trash*’; o mesmo teria provavelmente sucedido aos calvinistas franceses que no século XVI tentaram muito anchos e triunfantes estabelecer no Brasil uma colônia exclusivamente branca e daqui se retiraram sem deixar traços de sua ação colonizadora. [...] Nem convém esquecer que os franceses, desde 1715 estabelecidos nas ilhas Reunião e Maurício, mostram-se hoje inferiores em energia e eficiência aos das primeiras gerações. Não três

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

² *Ibid.*, p.79.

³ *Ibid.*, p. 256.

⁴ *Ibid.*, p. 86.

⁵ *Ibid.*

nem quatro, mas duas gerações bastaram para enlanguescer os anglo-americanos que foram estabelecer-se no Havaí.⁶

Na esteira desse estilo impiedoso, Freyre não poupa sequer os orgulhosos colonos gaúchos e catarinenses de origem germânica: “pesquisa realizada em 1900 pela International Harvester Company of America revela o enlanguescimento da energia alemã no sul do Brasil, região, aliás, subtropical”.⁷

Bem se vê o que está, nesse momento, na linha de fogo de *Casa-Grande & Senzala*: trata-se da idéia de que existiriam raças desde sempre superiores ou inferiores. E o mais notável é que o questionamento desse mito está sendo feito no exato ano — 1933 — em que, na Alemanha, a suposta superioridade ariana transforma-se em política de Estado.

Haveria, é claro, quem se dispusesse a livrar a cara do ‘*poor white trash*’ sob o argumento de que ninguém poderia de fato resistir aos efeitos de degenerescência impostos pelo clima tropical. Ao que Freyre, sem desprezar os rigores da mesologia, responde com o mesmo desdém que, na verdade, aplica a toda explicação monocausal: nem clima, nem raça, nem nada tomado isoladamente poderia organizar a possibilidade de sucesso ou de fracasso das experiências humanas.

Ora, a opção preferencial por tudo que é plural constitui, aliás, uma das consignas do livro. Está presente, por exemplo, já na própria seção de agradecimentos, que se estende do poeta Manuel Bandeira ou do sociólogo Paulo Prado à “memória de anjo” de Luiz Mulatinho, velho remanescente das senzalas de engenho. E é ainda esse gosto indisfarçável pela pluralidade que se deixa sentir na seleção das fontes, capaz de incluir não apenas vetustos documentos da Torre do Tombo, mas também as coisas mais prosaicas do mundo: cantigas de ninar, receitas de bolo, livros de fofocas, baús de recordações. De resto, como não perceber essa afeição pelo múltiplo no desprezo que tantas vezes Freyre manifesta pela *monocultura* como fator de empobrecimento alimentar?

É hora, entretanto, de voltar às razões por que o sociólogo pernambucano está enamorado do processo civilizatório no Brasil. Ora, já pude mostrar que esse encantamento está em princípio ligado ao pioneirismo e à excepcionalidade da experiência brasileira face ao conjunto das intervenções européias no Novo Mundo. Não

⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 86-87.

⁷ *Ibid.*, p. 87.

obstante, é preciso acrescentar agora que, para Freyre, essas qualidades só podem ser devidamente valorizadas quando se levam em conta, para começar, os obstáculos sobre os quais elas se impuseram.

O primeiro desses obstáculos já deve estar claro: trata-se do clima tropical, que, como deixei indicado, está longe de ser, para Freyre, um “senhor todo-poderoso”, mas tampouco deve ser ignorado, pelo tanto que diverge da meteorologia européia.

O segundo obstáculo detectado por Freyre é igualmente mesológico, e diz respeito à pobreza geral do solo, ao regime agressivo dos rios e à proliferação de pragas e vermes — fatores obviamente capazes de intimidar a atividade agrícola. Na contramão do velho mito da natureza dadivosa, Freyre observa que:

Tudo aqui era desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra roxa ou preta, de excepcional qualidade, estava longe de ser bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida em família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes — tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas — viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem.⁸

Mas o quadro de dificuldades desde logo enfrentadas pela empresa colonial só estaria completo se se mencionassem dois elementos diretamente ligados não ao que se avistou por aqui, mas às características do próprio contingente de colonizadores. É que, por um lado, esse contingente não passava de “um pessoalzinho ralo, insignificante em número”,⁹ sobretudo se comparado à extensão do território que era preciso ocupar. Por outro lado, os portugueses formavam, na perspectiva de Freyre, uma população cuja clara tendência ao “parasitismo mercantil”¹⁰ teria que se reverter bruscamente diante de um terra em que:

Nem reis de Cananor nem sobas de Sofala encontraram os descobridores do Brasil com quem tratar e negociar. Apenas morubixabas. Bugres. Gente quase nua e à-toa, dormindo em rede ou no chão, alimentando-se de farinha de mandioca, de fruta do mato, de caça e de peixe comido cru ou depois de assado em bortalho. Em suas mãos não cintilavam pérolas de Cipango nem rubis de Pegu; nem ouro de Sumatra nem sedas do Catar lhes abrihantavam os corpos cor de

⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 89.

⁹ *Ibid.*, p. 93

¹⁰ *Ibid.*, p. 97.

cobre, quando muito enfeitados de penas; os pés, em vez de tapetes da Pérsia, pisavam a areia pura.¹¹

Seja como for, ainda mais importante do que tudo isso é, para o autor, a *qualidade da resposta* que se ofereceu a tal conjunto de constrações. E é justamente sobre esse aspecto que, a seguir, procurarei falar mais longamente. Antes, porém, uma palavra acerca do aparelho de leitura com que, daqui em diante, vou abordar a prosa de Gilberto Freyre.

Das genealogias de Foucault à sociologia de Freyre

Para uma certa tradição brasileira em sociologia, *Casa-Grande & Senzala* é certamente uma pérola — mas uma pérola do conservadorismo. Ora, são numerosos os motivos invocados com o fim de balizar esse juízo. Neste ensaio, atendo-me, em todo caso, a apenas um deles: a idéia de que, como porta-voz das decadentes elites agrárias, Freyre teria subestimado o papel da violência na formação social do Brasil.

É claro que será sempre legítimo tentar falsear diretamente esse modo de enquadrar a obra freyriana. Nesse sentido, pode-se alegar, por exemplo, que todo apelo ao suposto conservadorismo do livro está desde logo afetado por uma condenação prévia da *biografia* de Freyre, cujas ligações com forças políticas de direita foram por ele abertamente assumidas. Tudo se passaria, então, como se a crítica à obra de Freyre estivesse sempre vazada de argumentos *ad hominem*.

De resto, contra a alegada subestimação da violência em *Casa-Grande & Senzala*, seria possível sublinhar o fato de que existem muitas passagens em que Freyre se refere explicitamente aos suplícios a que os escravos eram submetidos. A título de ilustração, basta recordar aquele excerto emblemático e aterrador em que o autor relata a punição que certas sinhazinhas infringiam às amantes negras de seus cônjuges:

Não são dois nem três casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença dos maridos, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas.¹²

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 97.

¹² *Ibid.*, p. 392-393.

Freyre, afinal, nega ou dá lugar à violência em sua obra? De minha parte, creio que essa discussão seja um tanto inútil. A razão é simples: já me referi ao amor de Freyre pela pluralidade, e não me parece possível que esse afeto deixe de atravessar a própria estrutura enunciativa do livro, de modo que, quanto a essa ou outras polêmicas, fica valendo o que disse Darcy Ribeiro: “é muito difícil generalizar sobre Gilberto”.¹³

De resto, mesmo que a análise da violência estivesse virtualmente excluída da sociologia freyriana, o fato, contudo, é que *Casa-Grande & Senzala* põe em cena uma série de outros elementos que, principalmente depois de Michel Foucault, não precisam mais ser vistos como contra – ou anti-poderes. Antes, constituiriam, eventualmente, táticas que, articuladas, dariam forma ao que, ainda sob a inspiração de Foucault, eu poderia chamar de dispositivo colonial.

“Adaptável”, “sutil”, “móvel”, “plástica”: eis como Gilberto Freyre caracteriza a empresa colonial no Brasil. Distorção reacionária e nostálgica de uma realidade em que a violência deu sempre o tom? Talvez. Mas já não se pode deixar de perceber que adaptabilidade, sutileza, mobilidade e plasticidade são, para Foucault, precisamente os traços que definem o funcionamento do poder, pelo menos em suas formas mais modernas. É o que ele assegura, por exemplo, em *Vigiar e Punir*:

[a] sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso da violência, não fazer uso das armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.¹⁴

À luz da obra foucauldiana — que, diga-se de passagem, também chegou a ser tachada de conservadora —, *Casa-Grande & Senzala* não se confunde necessariamente com a fantasia de uma sociedade em que o poder experimentaria, para dizê-lo à maneira de Aníbal Machado, “um domingo sem fim”. Hipótese geral a ser desenvolvida a partir de agora: Freyre é, quanto ao dispositivo colonial, um analista do poder — ou, antes, um analista da face plástica, polimorfa e sutil do poder. Mais ainda: se Freyre está encantado com a formação social do Brasil, é em larga medida porque ele está convicto de que foi com essa inventividade que o poder teria se espreado nos trópicos.

¹³ RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p.14.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 28.

O governo de muitos por muito poucos: problema foucauldiano, problema freyriano

É bem conhecida a importância que Michel Foucault atribui ao *panopticon*, de Jeremy Bentham. Trata-se, como se sabe, de uma solução arquitetônica que, em meados do século XVIII, teria modificado decisivamente a história das tecnologias de poder. Ora, a forma geral da engenhoca de Bentham é magistralmente descrita por Foucault nos seguintes termos:

[...] na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre de vigilância; esta é vazada de largas janelas que se abrem para a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que se volta para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. [...] Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada autor está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível.¹⁵

O próprio Bentham anteviu desde logo o alcance histórico do *panopticon*, tanto que, deixando de lado a modéstia, disse da própria criação que era um “verdadeiro ovo de Colombo”. Não era para menos: o princípio inacreditavelmente simples de sua descoberta se aplicava a um espectro muito largo de instituições. Prisões, escolas, hospitais, fábricas, manicômios, dormitórios coletivos — todos esses domínios eram de modo mais ou menos imediato acessíveis à proposta de Bentham.

Em todo caso, entre tantos problemas políticos que o *panopticon* vem solucionar, inclui-se certamente o seguinte: como é possível a um pequeno grupo administrar grandes contingentes humanos e amplas extensões espaciais?

Ora, essa é uma questão obviamente importantíssima para a dominação colonial. Afinal, como ilustra Edward Said, o império britânico, em pleno século XX, ainda tinha que se haver com o fato de que o controle de 300 milhões de indianos estava a cargo de apenas 150 mil cidadãos britânicos, entre funcionários públicos, soldados e civis.

A propósito, em seu **O Orientalismo**, de 1978, Edward Said descreverá a forma dessa dominação em termos notadamente ligados às observações de Foucault acerca do *panopticon* como tecnologia de administração de homens. Para ele, no saber/poder com que o Ocidente captura o Oriente: “[...] o oriental é apresentado como

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 177.

algo que se julga (como em um tribunal), algo que se disciplina (como em uma escola ou em uma prisão), algo que se ilustra (como em um manual zoológico)”.¹⁶

Quinze anos depois, em *Cultura e Imperialismo*, Said já não parece tão apegado à perspectiva foucauldiana. É o que se pode depreender, por exemplo, do seguinte comentário:

De modo geral, concordo com as descobertas genealógicas desses dois excelentes acadêmicos [Michel Foucault e Raymond Williams]. Mas, para ambos, a experiência imperial não tem quase nenhuma pertinência, numa omissão teórica que constitui norma nas disciplinas científicas e culturais do Ocidente [...].¹⁷

E como que a confirmar esse distanciamento em face de Foucault, eis a maneira como Said agora se refere à dominação de muitos por muito poucos nas colônias européias:

Mal conseguimos fazer idéia da força de vontade, da autoconfiança e até da arrogância necessárias para manter tal estado de coisas [isto é, a dominação colonial], mas, como veremos nos textos de *A passage to India* [Passagem para a Índia] e *Kim*, essas atitudes têm uma importância pelo menos equivalente à da mera quantidade de funcionários públicos ou das forças armadas, ou aos milhões de libras que a Inglaterra extraía da Índia.

Pois o empreendimento imperial depende da *idéia* de *possuir um império*, como [Joseph] Conrad parece ter entendido com grande clareza, e numa cultura fazem-se grandes preparativos para isso.¹⁸

Ênfase, portanto, na *idéia* de possuir um império como elemento capaz de sustentar esse mesmo império. Ora, é preciso ter em conta que esse modo de ver as coisas atrita-se abertamente com a perspectiva foucauldiana, para a qual, “antes de colocar a questão da ideologia”, é sempre preferível “estudar a questão do corpo, dos efeitos de poder sobre ele”.¹⁹

Tudo se passa, assim, como se, por seu turno, Said se retessasse entre dois extremos: de um lado, em **O Orientalismo**, prevalece uma abordagem dócil a Foucault a ponto de, sem mais, repeti-lo; de outro, em **Cultura e Imperialismo**, prepondera uma posição aparentemente mais nuançada, mas que, na prática, radicaliza-se, invertendo a proposta foucauldiana de priorizar o corporal em face do ideológico.

Em todo caso, muito tempo antes de Foucault ou de Said, certo intelectual brasileiro já se colocava o problema de explicar a dominação de muitos por muito

¹⁶ SAID, Edward. **O Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 291.

¹⁷ Ibid., p. 76.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 148.

poucos na experiência colonial. Refiro-me, claro, a Gilberto Freyre, cuja atenção, como já mencionei, foi intensamente despertada pelo fato de que, no Brasil, o domínio imperial realizou-se “por um número quase ridículo de europeus”.²⁰

Por certo, nada do que Freyre diz a esse respeito antecipa diretamente a referência de Foucault ao *panopticon*. Não obstante, em um nível mais profundo do que o plano dos conteúdos manifestos, talvez seja o caso de dizer que Foucault é, sim, freyriano, a começar pelo fato de que, para Freyre, como tentarei deixar claro, o açambarcamento de indivíduos e territórios no Brasil se fez precisamente por meio do que eu chamaria de um conjunto de táticas francamente corporais. Nesse sentido, ao pretender tomar alguma distância de Foucault, Edward Said talvez tenha perdido a oportunidade de constatar que, por trás do filósofo francês, uma voz falava foucauldianamente — isto é, freyrianamente — sobre a especificidade do poder na experiência colonial.

Evidentemente, não quero dizer com tudo isso que Foucault foi influenciado por Freyre. Se bem que seu amigo Barthes admirasse bastante o sociólogo brasileiro, o mais certo é que Foucault jamais tenha lido *Casa-Grande & Senzala*. Mas é como se o tivesse feito...

Miscigenação e mobilidade: o corpo no jogo do poder

Disse há pouco que Freyre relaciona a experiência colonial brasileira a duas táticas francamente corporais. Ora, a primeira delas é a mobilidade, isto é, a prontidão com que uns poucos “indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças de um jogo de gamão; da Ásia para a América e daí para a África, conforme as conveniências de momento ou de religião”.²¹

Bem mais importante para Freyre é, contudo, uma segunda tática — a miscigenação:

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos conseguiram-se firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia da ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 83.

²¹ *Ibid.*

portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.²²

Uma das teses fundamentais de Freyre está em que a possibilidade da miscigenação é preparada de perto e de longe por uma série de elementos relativos à história de Portugal. *De perto*, pelo contato adaptativo com os trópicos, que, desde o século anterior, era forçado pelo comércio com a Índia e com a África. *De longe*, pela própria formação social do povo português, que, segundo Freyre, já em períodos pré-históricos, estaria marcada por uma “indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África”:²³

Quanto ao fundo considerado autóctone de população tão movediça, uma persistente massa de dólicos morenos, cuja cor a África árabe e mesmo negra, alagando de gente sua largos trechos da Península, mais de uma vez veio avivar de pardo e de preto.²⁴

Uma vaga consciência de raça: eis o resultado destilado dessa deseuropeização que se perde no tempo e que só faria agravar-se posteriormente, mercê da “bicontinentalidade” portuguesa e, mais tarde, de seu “cosmopolitismo” decorrente da opção econômica pelo comércio.

Ora, será precisamente essa vaga consciência de raça que, segundo Freyre, vai estar em jogo e consolidar-se definitivamente na relação conflituosa, mas miscigenante com os judeus e principalmente com os mouros: “[...] ao invadirem a Península, árabes, mouros, berberes, muçulmanos foram-se assenhorando de região já amaciada pelo sangue e pela sua cultura; e talvez mais sua do que da Europa”.²⁵

E será ainda essa vaga consciência de raça o que, finalmente, regulará no Brasil a possibilidade do contato sexual e procriativo dos portugueses com as índias e, posteriormente, com as negras.

Daí eu ter desde logo indicado o caráter francamente corporal do processo de miscigenação no dispositivo colonial brasileiro. Como se vê, não me referia apenas ao fato óbvio de que a mistura de sangues se dá em uma cena sexual, isto é, de relação direta entre corpos. Em acréscimo, queria salientar que, para Freyre, “[quanto ao impulso miscigenante] não se trata de nenhuma virtude descida dos céus sobre os

²² FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 84.

²³ *Ibid.*, p. 81.

²⁴ *Ibid.*, p. 80.

²⁵ *Ibid.*, p. 273.

portugueses, mas do resultado quase químico da formação cosmopolita e heterogênea desse povo marítimo”.²⁶ Processo quase químico e não virtude descida dos céus: é, portanto, como um vetor material, e não como ideologia liberal, que Freyre concebe o impulso à miscigenação.

Ademais, se esse impulso antropologicamente constituído se converte em política colonial, não é por força de um ato mental de intenção organizadora e implementadora. Afinal, como observa Freyre, a colonização do Brasil se dá pela “corajosa iniciativa do particular”,²⁷ e não — ou, pelo menos, não imediatamente — pela ação da Coroa nem de qualquer outra instância central de poder: “Tudo deixou-se, porém, à iniciativa do particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes”.²⁸

Responde-se, assim, a uma necessidade material — ocupar o território e açambarcar os nativos — com uma estratégia precedida, é claro, por condições de emergência, mas não por uma inteligência centralizada que a conceba e a implemente. Rigorosamente falando, estamos diante do que Foucault chamou de “uma estratégia sem estrategista”.

Não que, para Freyre, a Coroa esteja ausente da experiência colonial, muito pelo contrário. Decerto que o Estado apropriou-se do jogo que aqui se travava: “Diante do sucesso alcançado pelo esforço dos primeiros senhores, é que a Coroa compreendeu as possibilidades de riqueza colonial pela produção do açúcar”.²⁹

Mas essa anexação nunca teria sido completa, tanto que “donos de terras e escravos falaram sempre grosso aos representantes d’El-Rei e pela voz liberal de filhos de padres e doutores clamaram contra toda espécie de abusos da Metrópole e da própria Madre Igreja”.³⁰ Parece claro, portanto, que, quarenta anos antes de Foucault, Freyre estava convencido de que, ao menos no Brasil, valia aquilo que, mais tarde, o filósofo francês dirá do poder moderno em geral: é preciso estar atento à consistência dos

²⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 266.

²⁷ *Ibid.*, p. 91.

²⁸ *Ibid.*, p. 306.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*, p. 79.

mecanismos que funcionam “fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar e cotidiano”.³¹

O poder colonial em seu nível elementar e cotidiano

“Nível elementar e cotidiano”: a expressão de Foucault cai como uma luva para dar conta de tantas pequenas coisas que, mais do que as grandiosas, despertam a paixão de Freyre. Emblemático desse interesse por miudezas é, por exemplo, o que o sociólogo pernambucano diz da hidrografia brasileira:

Se os grandes rios já foram glorificados em monumento e cantada em poema célebre a cachoeira de Paulo Afonso (por tanto tempo de um interesse estético para não dizer cenográfico em nossa vida), falta ao estudo que lhes fixe o importante papel civilizador em nossa formação. [...] Os grandes foram por excelência os rios do bandeirante e do missionário, que subiam vencendo dificuldades de quedas de água e de curso irregular; os outros, o do senhor de engenho, do fazendeiro, do escravo, do comércio de produtos da terra. Aqueles dispersaram o colonizador; os rios menores fixaram-no tornando possível a sedentariedade rural.³²

Ora, muito já se comentou sobre essa atenção de Freyre pelo pequeno — e não falta quem, por isso, o tome como um precursor de toda a revolução epistemológica empreendida principalmente na França com a chamada história nova. Mas é possível que tenha chegado a hora de dizer que a valorização do pequeno talvez não caracterize apenas um Freyre historiador e sociólogo do cotidiano, mas também, como tenho tentado deixar claro, um Freyre analista do que em Foucault merece o nome de *microfísica* do poder.

Julien Sorel, o famoso personagem de Stendhal, encantava-se com os ritos da monarquia: “Uma festa como esta”, dizia ele sobre a chegada do rei em sua cidade, “vale mais que mil panfletos jacobinos”.³³ De sua parte, Freyre talvez seja um anti-Julien, isto é, alguém que, quanto ao poder, desconfia do grandiloquente, do demasiado visível, como se, à semelhança da cachoeira de Paulo Afonso, os grandes rituais e os grandes gestos políticos pudessem eventualmente deixar-se reduzir a um mero “interesse cenográfico em nossas vidas”.

³¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. (contracapa).

³² FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 99.

³³ STENDHAL. **O Vermelho e o Negro**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958, p. 121.

Prova disso parece estar, por exemplo, no modo como o autor caracteriza o papel da religião na experiência colonial brasileira. Para começar, é preciso dizer que, diante da já mencionada ausência de um sentimento de raça entre os portugueses, foi a fé católica que, segundo Freyre, ofereceu o cimento capaz de promover a unidade política em Portugal. Ora, será o mesmo catolicismo o que, acima de tudo, garantirá também a possibilidade de identificação mútua entre os habitantes do Brasil. Para Freyre, tanto isso é verdade que não era incomum o acolhimento de europeus não-portugueses na Colônia, sendo a profissão de fé católica a única exigência a ser cumprida pelos que acorressem às terras brasileiras. É o que, em tom de quase anedota, Freyre esclarece ao narrar o destino de certo John Whital, que aqui virou João Leitão, ou de um certo Henry Koster, que aqui passou a ser prosaicamente chamado de Henrique Costa.

Mas — dado fundamental para nós — esse catolicismo “que age na formação brasileira, articulando-a, não é [o d]a catedral com o seu bispo a que vão se queixar os desenganados da justiça secular [...]. É [o d]a capela de engenho”.³⁴ Nada, portanto, que se apóie na pompa das mitras ou das batinas bordadas a ouro. Pelo contrário, trata-se de uma religiosidade que opera desde sempre na esfera da vida cotidiana.

Para Freyre, se a Igreja participou mesmo do jogo do poder no Brasil, é no nível microfísico que se devem procurar as suas principais marcas. Lá onde as doutrinas clericaristas enxergavam uma indesejável promiscuidade dos padres com o mundo leigo, Freyre vê um conjunto de operações infinitesimais muitas vezes estranhas aos dogmas, mas absolutamente eficazes na manutenção da ordem social no Brasil. É o caso, por exemplo, da “função útil, embora nada seráfica, de procria[ção]”.³⁵

Mas, segundo Freyre, não é só com, por assim dizer, “ações diretas” que esse catolicismo microfísico vai atuar no campo da estratégia geral de miscigenação. Veículo de ocupação territorial e de multiplicação e açambarcamento de corpos, a mistura de raças exige certamente uma moral sexual atenuada. E é claro que nada disso seria possível senão nos termos de uma religiosidade suficientemente distanciada do controle direto dos hierarcas da Igreja e de suas rígidas regras de conduta. Parafraseando Foucault, é só a partir da “extremidades cada vez menos jurídicas” do catolicismo que essa flexibilização moral pode eclodir, repercutir e articular-se. Exemplos de tal

³⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 260.

³⁵ Ibid.

flexibilização são fartamente oferecidos no texto de Freyre. Já em um Portugal desfalcado de gente, antes mesmo da colonização do Brasil,

Mesmo nos nomes de doces e bolos de convento, fabricados por mãos seráficas de freiras, sente-se às vezes a intenção afrodisíaca, o toque fescinino a confundir-se com o místico: suspiros-de-freira, toucinho-do-céu, barriga-de-freira, manjar-do-céu, papos-de anjo. Eram bolos e doces porque suspiravam os freiráticos à portaria dos conventos. Não podendo entregar-se em carne a todos os seus adoradores, muitas freiras davam-se a eles nos bolos e caramelos.³⁶

Quem quiser pode continuar achando que fatos como esse não são dignos de menção ou devem ser vistos como curiosidades pitorescas. De seu lado, Freyre prefere tomar esse suposto anedotário em sua funcionalidade política. Afinal, “um catolicismo ascético, ortodoxo, entrvando a liberdade aos sentidos e aos instintos de geração, teria impedido Portugal de abarcar meio mundo com as pernas”.³⁷

Vê-se, pois, que, para Freyre, o dispositivo colonial não apenas tolerou uma certa dose de lubricidade como apoiou-se nela para expandir os seus domínios com a estratégia de miscigenação. Mas, como tentarei mostrar a seguir, o sociólogo pernambucano é ainda mais radical ao relacionar prazer e poder.

Ora, já mencionei uma passagem em que ele qualifica de “gostosa” a mistura de raças no Brasil colonial. É o tipo da afirmação que irrita profundamente os seus críticos, para os quais generalizações como essas são absurdas e só valem para os portugueses e, quando muito, para uma parte das índias. “No mais das vezes”, diriam os críticos, “miscigenação significou violência sexual dos homens brancos sobre mulheres escravizadas”.

De minha parte, não pretendo discutir o valor de verdade dessa crítica. Para mim, ela bem pode ser precisa *para o caso brasileiro*. O problema, contudo, é que quem a encampa parece estar assumindo *um princípio geral* questionável — o de que o prazer, se existe em uma relação de poder, é prerrogativa de quem ocupa o lugar de dominador. Ora, é de novo Foucault quem põe explicitamente sob suspeita a validade universal dessa tese: “Prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos de incitação e excitação”.³⁸

³⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 311.

³⁷ Ibid.

³⁸ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 48.

A título de ilustração, lembre-se o que o filósofo francês diz, por exemplo, sobre a grande campanha contra a masturbação infantil organizada em fins do século XVIII na Europa. À primeira vista, tratava-se simplesmente de um procedimento repressivo, cujo objetivo declarado consistia em retomar indefinidamente a vã tarefa de eliminar os chamados prazeres solitários. Contudo, quando a análise deixa para trás o plano das malogradas intenções e se atém ao funcionamento efetivo da campanha, algo muito diferente se vislumbra no episódio:

De fato, ao longo dessa campanha secular, que mobilizou o mundo adulto em torno do sexo das crianças, tratou-se de apoiá-la nesses prazeres tênues, de constituí-los em segredo (ou seja, de obrigá-los a esconderem-se para poder descobri-los), procurar-lhes as fontes, segui-los das origens até os efeitos, cercar tudo o que pudesse induzi-los ou somente permiti-los; [...] O ‘vício’ da criança não é tanto um inimigo mas um suporte; pode-se muito bem designá-lo como um mal a ser suprimido. O necessário fracasso, a extrema obstinação numa tarefa tão inútil leva a pensar que se deseja que ele [o onanismo] persista e prolifere até os limites do visível e do invisível, ao invés de desaparecer para sempre. Graças a esse apoio, o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele. Trata-se, aparentemente, de um dispositivo de barragem; de fato, organizaram-se, em torno da criança, *linhas de penetração infinitas*.³⁹

De resto, segundo Foucault, é preciso ter em conta que a cruzada contra a masturbação infantil tomava os ‘hábitos solitários’ não exatamente como um problema moral, mas como um risco à saúde da criança. Não por acaso, são os médicos os grandes capitães desse procedimento. E entre eles e as crianças, figuram os pais, a quem os profissionais de saúde dirigem uma panóplia de manuais, mementos e exortações públicas em que a masturbação surge cada vez mais claramente como “uma etiologia difusa, geral, polimorfa”,⁴⁰ capaz de engendrar qualquer patologia, mesmo aquelas que se manifestam muito tempo depois de o sujeito ter eventualmente renunciado ao onanismo.

Foucault chama a atenção para o fato fundamental de que, no discurso dos médicos da época, não há uma causalidade endógena para a masturbação. Isso quer dizer que, para eles, a origem do onanismo entre as crianças só pode estar no exterior, na forma de um acidente ou — o que é mais importante — na forma da incitação

³⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I** – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 42-43.

⁴⁰ Id. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 305.

voluntária de alguém que se coloca entre “a virtude dos pais e a inocência das crianças”.

Conclusão de Foucault:

Toda a campanha contra a masturbação se orienta desde cedo, desde o início, podemos dizer, contra a sedução das crianças pelos adultos; mais ainda do que pelos adultos, pelo *entourage* imediato, isto é, todos os personagens que constituem na época as figuras estatutárias da casa [tios, primos, criados, preceptores, professores, amas].⁴¹

Como se responde a essa ameaça representada pela circulação de certos adultos entre as crianças? Ora, a mensagem dos médicos é, nesse sentido, clara: se a desgraça acontece, é porque, no fundo os pais a permitem, seja por preguiça, seja por distração, seja por absenteísmo. A partir de agora, cabe-lhes, portanto, vigiar permanentemente o corpo do filho — é preciso eliminar os intermediários, diminuir as distâncias, perscrutar os gestos furtivos, farejar os cheiros suspeitos, meter-se, no limite, na cama dele, envolver-lhe como um cobertor.

Foucault não poupa palavras para qualificar a natureza dessa aplicação direta e permanente dos corpos dos pais aos corpos dos filhos: para o filósofo francês, trata-se, sem mais, de uma relação incestuosa — um “incesto epistemofílico”, um “incesto bolinante dos olhares e dos gestos”, um “incesto do contato, do olhar, da vigilância”.⁴² No fundo, os pais trocam a pedofilia *possível* do *entourage* doméstico pela presença *permanente e real* do próprio apego corporal às crianças. Figura resultante desse arranjo: a família-célula, reduzida, nuclear, afetivamente intensa — a “família-canguru”,⁴³ com os filhos no centro e, em torno deles, como uma segunda pele, apenas os corpos dos pais.

Um poder que, longe de reprimir, apalpa, cheira, fricciona, incita e implanta sexualidades: eis o que ressalta da análise foucauldiana da campanha contra a masturbação na Europa dos séculos XVIII e XIX. Mas é um poder precisamente sexualizado e sexualizante o que, antes dele, Freyre tentava imaginar, tanto que, depois de rejeitar “a idéia geral de que a lubricidade maior comunicou-a ao brasileiro o africano”, Freyre observa que o caráter propriamente libidinoso estava do lado português — verdadeiro “donjuan das senzalas”⁴⁴ –, e infundiu-se funcionalmente no ambiente escravocrata:

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.309.

⁴² Ibid., p. 316.

⁴³ Ibid., p. 315.

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 256.

É um absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi sua obra nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação, criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu num manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras, tão ricas e significação: “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”.⁴⁵

Freyre chega a argumentar que é de natureza sexual uma importante matriz das relações sociais no Brasil: “[O] sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através de nossa formação, em um campo mais largo: social e político”.⁴⁶

A bem dessa aproximação entre os dois autores, não menos importante é o fato de que, à semelhança de Foucault, Freyre também concebia uma certa configuração familiar como efeito e viveiro desse poder sexualizado e sexualizante: não a família nuclear, abordada por Foucault, mas uma outra, muito diferente, que Freyre qualifica de “aristocrática, patriarcal e escravocrata” — família imensa, proliferante, cujos tentáculos estender-se-ia a uma multidão de agregados, filhos bastardos, moleques, mães pretas, cozinheiras, amantes negras, mucamas e velhos feiticeiros.

“O ronco surdo da batalha”

A articulação entre as obras de Foucault e Freyre admite pelo menos mais um modo de aproveitar essas observações do filósofo francês acerca da campanha contra o onanismo. Refiro-me especificamente ao fato de que a criança é aí tomada como ponto de apoio para que o poder ocupe determinados espaços e estenda sobre eles seus efeitos. Como diz Foucault, “em torno da criança, organizam-se *linhas de penetração* infinitas” — linhas de penetração que, no caso, constituem e enredam a família para, enfim, submetê-la a autoridade externa dos médicos. Pois bem: a propósito da obra missionária dos jesuítas, Freyre, de seu lado, destacará precisamente a utilização política do culumim como elemento capaz de reorganizar as relações nas sociedades indígenas e de as submeter à autoridade dos padres.

O culumim, o padre ia arrancá-lo verde à vida selvagem: com dentes apenas de leite para morder a mão intrusa do civilizador; ainda

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 372.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 123.

indefinido na moral e vago nas tendências. Foi, pode-se dizer, o eixo da atividade missionária: dele o jesuíta fez o homem artificial que quis.

O processo civilizador dos jesuítas consistiu nessa inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande.⁴⁷

Em todo caso, essa cruel argúcia em face das crianças parece ser a única característica capaz de realmente despertar o interesse de Freyre pela empresa jesuítica no Brasil. Em tudo mais, tal empresa se apresenta aos seus olhos como um investimento monotonamente repressivo e dissolvente:

Se atentarmos no quadro organizado por Pitt-Rivers, das influências deletérias — despovoamento, degeneração, degradação — que o antropólogo inglês atribui ao contato das raças atrasadas com as adiantadas, verificamos que grandes, senão o maior número, são influências que no Brasil operaram sobre o índio através da catequese ou do sistema moral, pedagógico e de organização e divisão sexual do trabalho imposto pelos jesuítas. Das quinze ali classificadas parecidos que nove, pelo menos, caberiam, num ajuste das responsabilidades européias na degradação da raça e da cultura indígena no Brasil, ao sistema civilizador dos jesuítas [...].⁴⁸

“O que se salvou dos indígenas”, conclui Freyre, “foi a despeito dos jesuítas”. Ora, tudo se passa como se, identificando o “critério simplista” da ação jesuítica, o sociólogo pernambucano quisesse ressaltar, por contraste, a complexidade da experiência leiga. E complexidade significa, em minha leitura de *Casa-Grande & Senzala*, precisamente o ultrapassamento — parcial, é claro — de uma intervenção maciçamente repressiva em nome de políticas que, um pouco por provocação e na esteira de Foucault, eu poderia chamar de inclusivas⁴⁹ — políticas, enfim, que absorvem e fazem funcionar a seu favor aquilo que formas menos sutis de poder desejariam, sem mais, marginalizar ou destruir.

Nas referências que fiz ao catolicismo à brasileira ou à sexualização como instrumento de açambarcamento dos corpos, creio já ter ilustrado minimamente essa maleabilidade vislumbrada por Freyre nos mecanismo do poder colonial no Brasil.

Muitos outros exemplos poderiam ser, nesse sentido, arrolados. Mas talvez o mais interessante e rico seja aquele em que a análise freyriana aborda a maneira como a

⁴⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 214.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 180-181.

⁴⁹ O termo aparece em FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

presença dos malês foi, por assim dizer, requerida e administrada pelo sistema escravista. É o que tentarei mostrar a seguir.

Contra a idéia de que o negro representaria a degradação do brasileiro, Freyre está convencido de que, por suas especificidades, a empresa colonial brasileira arrancou à África indivíduos da melhor estirpe cultural:

Parece que para as colônias inglesas o critério de importação de escravos da África foi quase que exclusivamente o agrícola. O de energia bruta, animal, preferindo-se, portanto, o negro resistente, forte e barato. Para o Brasil a importação de escravos africanos fez-se atendendo-se a outras necessidades e interesses. À falta de mulheres brancas; às necessidades de técnicos em trabalhos em metal, ao surgirem as minas. Duas poderosas forças de seleção.⁵⁰

Mas a resposta a esses ‘interesses e necessidades’ — o tráfico de elites culturais africanas — produziu mais do que um contingente tecnicamente competente de escravos. Na verdade, o próprio processo civilizatório teria se beneficiado profundamente dessa nobreza africana no Brasil:

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas por sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. E não só da formação agrária. Eschwege salienta que a mineração do ferro no Brasil foi aprendida dos africanos. E Max Schmidt destaca dois aspectos da colonização africana que deixam ver a superioridade técnica do negro sobre o indígena e até sobre o branco: o trabalho de metais e a criação de gado. Poderia acrescentar-se um terceiro a culinária, que no Brasil enriqueceu-se e refinou-se com a contribuição africana.⁵¹

Não obstante, esse papel tecnicamente útil e culturalmente enriquecedor não teria deixado de cobrar seu preço:

Atribui Nina [Rodrigues] grande importância à influência exercida sobre os Iorubanos ou Nagô e sobre os Ewes ou Gege pelos Fulas e Hauça maometanos. Estes parecem ter dirigido várias revoltas de escravos. Vinham eles dos reinos de Wurno, Sokotô, Gandô, de organização política já adiantada; de literatura já definida — havendo obras indígenas escritas em caracteres arábicos; de arte forte, original, superior às anêmicas imitações portuguesas dos modelos mouriscos. Semelhantes escravos não podiam conformar-se ao papel de manês-

⁵⁰ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 363.

⁵¹ *Ibid.*, p. 364-365.

gostosos dos portugueses; nem seria a água benta do batismo cristão que, neles, apagaria o fogo maometano.⁵²

Como se pode depreender do fecho da passagem destacada, Freyre parece bem certo de que a repressão religiosa e política dos muçulmanos teve lugar na sociedade colonial. Só não se lhe afigura adequado imaginar que tenha sido sobretudo por essa via que a resistência africana foi neutralizada. Na verdade, para Freyre, tudo se passa como se, a rigor, os vetores muçulmanos houvessem sido engolfados por um campo de forças que se apropriou deles e os diluiu no bojo de um catolicismo que, como já pude mencionar, teria sido desde sempre poroso e maleável.

Foucault não faria análise melhor: para começar, interesses e necessidades impõem, sob certas circunstâncias históricas, uma determinada ação; essa ação, por sua vez, produz uma série de conseqüências, entre as quais se incluem efeitos perturbadores e indesejáveis; uma resposta, então, se articula a propósito de neutralizar esses efeitos inesperados. Ninguém em particular a formula. Pelo contrário: segundo Freyre, foi mesmo a despeito dos bispos e até dos padres de engenho que se deu a absorção de elementos islâmicos pelo Catolicismo brasileiro: “O Catolicismo das casas-grandes aqui se enriqueceu de influência muçulmana contra as quais tão impotente foi o padre-capelão quanto o padre-mestre contra as corrupções do português pelos dialetos indígenas e africanos”.⁵³

Nesses movimentos e contra-movimentos não vejo exemplos mais ilustrativos daquilo que, a propósito do poder, Michel Foucault chamou de “ronco surdo da batalha”.⁵⁴

⁵² FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002, p. 367.

⁵³ *Ibid.*, p. 369.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 269.